

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia"), controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela JBS S.A., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis e as notas explicativas da Companhia estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c. Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2016.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 20 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do Exercício.

f) Estoques

De acordo com IAS 2/CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques são registrados aos custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa de vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

h) Intangível

É composto por softwares adquiridos de terceiros registrados de acordo com o IAS 38/CPC 4 (R1) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

j) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

l) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por exercício para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de Prejuízos Fiscais e Base de cálculo Negativa da Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os Prejuízos Fiscais e Base de cálculo Negativa da Contribuição Social.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

o) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

p) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são apenas as "Aplicações Financeiras".

• **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui classificado nesta categoria é "Contas a receber".

• **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com Companhias ligadas e outras contas a pagar.

• **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

q) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

r) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo destas demonstrações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia inclui na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

t) Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia analisou os novos pronunciamentos contábeis e concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.15	31.12.14
Caixas e bancos	819	555
Aplicações financeiras - CDB	5.532	11.771
	6.351	12.326

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, estão sujeitos a risco insignificante de alteração de valor e são em média remunerados a 100,50% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31.12.15	31.12.14
Duplicatas a vencer	11.336	12.654
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.447	816
De 31 a 60 dias	81	28
De 61 a 90 dias	28	7
Acima de 90 dias	476	166
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(489)	(172)
	1.543	845
	12.879	13.499
Conforme IFRS 7/CPC 40 (R1) Instrumento Financeiros, segue a movimentação da PECLD:		
	31.12.15	31.12.14
Saldo inicial	(172)	(244)
Adições	(541)	(260)
Baixas	224	332
Saldo final	(489)	(172)

6 Estoques

	31.12.15	31.12.14
Mercadorias e Produtos acabados	2.372	2.379
Produtos em processo	415	338
Matérias-primas e embalagens	2.969	2.814
Almoxarifado	606	485
	6.362	6.016

7 Impostos a recuperar

	31.12.15	31.12.14
ICMS	1.134	496
IPI	31	2
INSS	436	-
IRRF	153	6
PIS e COFINS	1.248	425
ICMS, PIS e COFINS sobre faturamento não embarcado - IAS 18/CPC 30 (R1)	223	203
	3.225	1.132
Desmembramento:		
Ativo circulante	876	241
Ativo não circulante	2.349	891
	3.225	1.132

IRRF

Os créditos são provenientes de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

ICMS, PIS e COFINS sobre faturamento não embarcado - IAS 18 / CPC 30 (R1)

Refere-se a provisão para estorno dos impostos incidentes sobre as vendas, nas quais, todas ou uma das condições abaixo relacionadas não foram satisfeitas:

- (a) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos e/ou mercadorias vendidas foram inteiramente transferidos para o comprador;
- (b) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos e/ou mercadorias vendidas em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos e/ou mercadorias vendidas;
- (c) o valor da receita pode ser confiavelmente mensurado;
- (d) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- (e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, podem ser confiavelmente mensuradas.

8 Outros ativos circulantes e não circulantes

	31.12.15	31.12.14
Sinistro à receber	-	293
Adiantamentos a funcionários	87	109
Adiantamentos a fornecedores	831	147
Importações em andamento	79	-
Depósitos Judiciais (nota 18)	658	569
	1.655	1.118
Desmembramento:		
Ativo circulante	997	549
Ativo não circulante	658	569
	1.655	1.118

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.12.15		31.12.14	
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores
Seara Alimentos Ltda.	-	4.469	-	1.940
JBS S.A.	-	13	-	2
JBS Aves Ltda.	-	322	-	-
Sul Valle Alimentos Ltda.	-	-	-	254
Comércio e Ind. de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda.	-	-	-	528
Agrícola Jandelle S.A.	-	143	-	-
	-	4.947	-	2.724

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

	31.12.15		31.12.14	
	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Seara Alimentos Ltda.	30.036	-	38.539	-
JBS S.A.	54	-	152	-
JBS Aves Ltda.	1.788	-	-	-
Sul Valle Alimentos Ltda.	2.360	-	2.862	-
Comércio e Ind. de Massas Alimentícias Massa Leve Ltda.	-	-	2.828	-
Agrícola Jandelle S.A.	928	-	-	-
Avebom Indústria de Alimentos Ltda.	652	-	-	-
	35.818	-	44.381	-

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra da Companhia com empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia comprou **R\$ 35.818** (R\$ 44.381 em 31 de dezembro 2014) de matérias-primas/mercadorias das empresas ligadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	31.12.15		31.12.14	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	4	719	4	603
Participação proposta para os administradores	-	-	-	-
Reversão da participação proposta para os administradores em 2013	-	-	-	(431)
	4	719	4	172

O Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, faz parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

10 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.15	31.12.14
Terrenos	0,0%	1	-	1	1
Imóveis	4,0%	5.753	(2.456)	3.297	3.155
Máquinas e equipamentos	2,5% a 20,0%	23.102	(6.934)	16.168	7.725
Instalações	10,0%	1.647	(981)	666	495
Móveis e utensílios	10,0%	198	(103)	95	93
Equipamentos de informática	20,0%	545	(332)	213	126
Veículos	20,0%	782	(470)	312	247
Obras em andamento		1.965	-	1.965	556
		33.993	(11.276)	22.717	12.398

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014 obtendo entendimento sobre a adequacidade das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas, conforme divulgado no quadro acima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

b) Movimentação sumária do imobilizado

Custo corrigido	31.12.14	Adições	Baixas	Transferências	31.12.15
Terrenos	1	-	-	-	1
Imóveis	5.452	-	(31)	332	5.753
Máquinas e equipamentos	13.874	9.502	(282)	8	23.102
Instalações	1.404	159	(9)	93	1.647
Móveis e utensílios	191	19	(12)	-	198
Equipamentos de informática	413	151	(19)	-	545
Veículos	631	184	(33)	-	782
Obras em andamento	556	1.842	-	(433)	1.965
	22.522	11.857	(386)	-	33.993

Depreciação acumulada	31.12.14	Adições	Baixas	Transferências	31.12.15
Imóveis	(2.297)	(159)	-	-	(2.456)
Máquinas e equipamentos	(6.149)	(1.055)	270	-	(6.934)
Instalações	(909)	(72)	-	-	(981)
Móveis e utensílios	(98)	(15)	10	-	(103)
Equipamentos de informática	(287)	(59)	14	-	(332)
Veículos	(384)	(120)	34	-	(470)
	(10.124)	(1.480)	328	-	(11.276)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2015	12.398	10.377	(58)	-	22.717

Depreciação do exercício

A depreciação acumulada no exercício soma um montante de R\$ 1.480 foi reconhecida como segue R\$ 1.287 como custo dos produtos vendidos e R\$ 193 como despesas operacionais.

Bens adquiridos por Leasing

A Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado o montante de R\$ 378 como veículos os quais foram adquiridos na modalidade de leasing, sendo deste montante R\$ 133 estão alienados como garantia da operação.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11 Intangível

	Taxas anuais de amortização	31.12.15			31.12.14
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20%	81	(33)	48	61
		81	(33)	48	61
Movimentação do ativo intangível					
		31.12.14	Adições	Baixas	31.12.15
Softwares		78	3	-	81
Amortização de Softwares		(17)	(16)	-	(33)
		61	(13)	-	48

12 Fornecedores

	31.12.15	31.12.14
Materiais e serviços	8.142	5.475
Produtos acabados	2.994	2.724
	11.136	8.199

13 Empréstimos e financiamentos

Passivo Circulante

Instituição financeira - Modalidade	Finalidade	Moeda	Taxa média anual de juros	31.12.15	31.12.14
Circulante					
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$	6,00% a.a.	192	79
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Leasing	Veículos	R\$	1,40 a.m	45	-
				237	79
Não Circulante					
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$	6,00% a.a.	584	774
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Leasing	Veículos	R\$	1,40 a.m	67	-
				651	774

Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame

Forma de pagamento do financiamento em 54 parcelas mensais e sucessivas, calculadas através do Sistema de Amortização Constante - SAC, com período de carência de 6 meses e o vencimento da última parcela em janeiro de 2020. O FINAME está garantido por aval da diretoria.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Leasing

Forma de pagamento do financiamento em 36 parcelas mensais e sucessivas.

Maturidade contratual dos Empréstimos e financiamentos:

	31.12.15	31.12.14
3º trimestre de 2015	-	32
4º trimestre de 2015	-	47
2016	237	190
2017	233	190
2018	213	189
2019	189	189
2020	16	16
	888	853

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos e não tem nenhum tipo de Covenants em seus contratos devido ao fato de que todos os contratos possuem garantias reais dos bens financiados, avais ou notas promissórias.

14 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.12.15	31.12.14
Salários e encargos sociais	1.240	1.035
Provisões para férias, 13º salário e encargos	1.380	1.389
PLR - Participação nos lucros e resultados	-	590
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	31	157
IRRF a recolher	119	92
PIS e COFINS a recolher	354	584
ICMS a recolher	1.656	1.945
Parcelamentos fiscais (REFIS IV)	4.159	5.027
Outras	1	1
	8.940	10.820
Passivo circulante	5.243	6.437
Passivo não circulante	3.697	4.383
	8.940	10.820
Desmembramento:		
Trabalhistas	2.620	3.014
Tributárias	6.320	7.806
Estadual	1.656	1.945
Federal	4.664	5.861
	8.940	10.820

15 Dividendos declarados

	31.12.15	31.12.14
Dividendos declarados	<u>2.085</u>	<u>2.488</u>
	<u>2.085</u>	<u>2.488</u>

Referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia declarou dividendos de R\$ 1.311 (R\$ 2.264 referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014) a serem submetidos à Assembleia Geral dos Acionistas para aprovação conforme cálculo demonstrado a seguir:

	31.12.15	31.12.14
Lucro (prejuízo) contábil acumulado	5.520	9.533
Reserva Legal (5%)	<u>(276)</u>	<u>(477)</u>
Base ajustada para cálculo dos dividendos	5.244	9.056
Dividendos obrigatórios (25%)	<u>(1.312)</u>	<u>(2.264)</u>
Lucro a disposição da Assembleia	3.932	6.792

Movimentação dos dividendos declarados

	31.12.15	31.12.14
Saldo no início do exercício	2.488	922
Pagamento dos dividendos declarados	<u>(1.715)</u>	<u>(698)</u>
Dividendos declarados	<u>1.312</u>	<u>2.264</u>
Saldo no final do exercício	2.085	2.488

16 Provisões terceiros e outros

	31.12.15	31.12.14
Trade Marketing a pagar	<u>616</u>	<u>553</u>
Aquisição de Icms	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>616</u>	<u>553</u>

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos foram registrados sobre diferenças temporárias.

a) Reconciliação da alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Lucro antes da tributação	<u>8.413</u>	<u>14.217</u>	<u>8.413</u>	<u>14.217</u>
Alíquotas nominais				
(Adições) exclusões permanentes	<u>522</u>	<u>57</u>	<u>137</u>	<u>(63)</u>
(Adições) exclusões temporárias	<u>(593)</u>	<u>(575)</u>	<u>(593)</u>	<u>(808)</u>
Base Imposto - Sem prejuízo fiscal de anos anteriores	<u>8.342</u>	<u>13.699</u>	<u>7.957</u>	<u>13.346</u>
Prejuízo Fiscal (Limitado 30% da base de cálculo do imposto no exercício)	<u>(2.503)</u>	<u>(4.110)</u>	<u>(2.387)</u>	<u>(4.004)</u>
Base Imposto	5.839	9.589	5.570	9.342
Alíquota - 9%	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>501</u>	<u>841</u>
Alíquota - 10%	<u>560</u>	<u>935</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota - 15%	<u>876</u>	<u>1.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e Lei Rouanet	<u>(87)</u>	<u>(113)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto a pagar	<u>1.349</u>	<u>2.260</u>	<u>501</u>	<u>841</u>
Imposto pago/compensado	<u>(1.334)</u>	<u>(2.153)</u>	<u>(485)</u>	<u>(791)</u>
Saldo de Imposto a pagar	15	107	16	50
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	1.850	3.101		
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	1.042	1.583		
Alíquota efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social	21,99%	21,81%		

b) Composição dos saldos patrimoniais de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social estão limitadas a 30% do lucro tributável.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos têm a seguinte origem:

	31.12.15	31.12.14
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	1.796	2.637
Provisão para contingência trabalhista	90	121
Provisão de perdas com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	132	8
PLR – Participação dos Lucros e Resultados	0	201
Faturamento não entregue	58	73
Outros	22	100
Total dos impostos diferidos ativos	2.098	3.140
Passivo		
Ajuste da depreciação	(483)	(483)
Total dos impostos diferidos passivos	(483)	(483)
Impostos diferidos líquidos-Ativos/(Passivos)	1.615	2.657
Receita/(Despesas) de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos do exercício	(1.042)	(1.583)

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

Com base em estudo técnico das projeções de lucros tributáveis futuros, que levam em consideração diversas premissas, previsões financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. As estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas estimativas. A Companhia estima a realização dos ativos diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social nos seguintes exercícios:

Exercícios	Estimativa de realização	Percentual de realização
2016	650	40,25%
2017	715	44,27%
2018	250	15,48%
	1.615	100,00%

18 Provisão para riscos processuais

A Companhia possui processos em andamento, oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas em estimativas de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estão assim representadas:

			<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Trabalhistas			<u>264</u>	<u>354</u>
			<u>264</u>	<u>354</u>
Movimentação das provisões				
	<u>31.12.14</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.15</u>
Trabalhistas	<u>354</u>	<u>254</u>	<u>(344)</u>	<u>264</u>
	<u>354</u>	<u>254</u>	<u>(344)</u>	<u>264</u>

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia era parte em 69 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 2.213 (R\$ 1.296 em 31 de dezembro de 2014). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 264 (R\$ 354 em 31 de dezembro de 2014) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras, e de adicional de insalubridade.

Contingências possíveis

A Companhia também é partes envolvidas em processos trabalhistas, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em 31 de dezembro de 2015 com 56 processos, era no valor total de R\$ 1.949 (em 31 de dezembro de 2014 com 27 processos era no valor total de R\$ 903).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às Provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 658 (R\$ 569 em 31 de dezembro de 2014).

19 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estava representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

20 Receita operacional líquida

	31.12.15	31.12.14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias		
Mercado nacional	153.518	167.292
Provisão para reversão do faturamento não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)	(55)	(113)
	153.463	167.179
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(9.195)	(11.401)
Impostos sobre as vendas	(30.489)	(34.043)
Provisão para reversão dos impostos sobre o faturamento não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)	20	23
	(39.664)	(45.421)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	113.799	121.758

21 Resultado financeiro líquido

	31.12.15	31.12.14
Juros Ativos	2.054	811
Juros Passivos	(901)	(579)
Descontos obtidos	21	13
Impostos, contribuições, tarifas e outros	-	(29)
	1.174	216

22 Outras (despesas) receitas

Outras despesas e receitas em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 279, composto por outras despesas no total de R\$ 1.742 e outras receitas no total de R\$ 2.021, e em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 837, composto por outras despesas no total de R\$ 719 e outras receitas no total de R\$ 1.556, referem-se à:

- i) outras despesas, pagamento aos funcionários a participação de resultados (PRL), custo com sinistro, denuncia espontânea sobre credito presumido de lcms aproveitado indevidamente e resultado de baixa/venda de bens ativo imobilizado.
- ii) outras receitas, indenização sinistros, recuperação Inss sobre faturas prestação de serviços de cooperativas e resultado na venda de bens ativo imobilizado, sucatas e materiais recicláveis.

23 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	31.12.15	31.12.14
Lucro líquido do exercício	5.521	9.533
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro por lote de mil ações - Básico - R\$	1,0573	1,8255

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

24 Custos e despesas por natureza

A Demonstração do Resultado por natureza e função é como segue:

Classificação por natureza	31.12.15	31.12.14
Depreciação e amortização	(1.496)	(1.152)
Despesas com pessoal	(18.995)	(16.767)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(50.701)	(50.764)
Impostos, taxas e contribuições	(33.360)	(38.681)
Participação proposta para os administradores	-	431
Remuneração de capitais de terceiros	(897)	(608)
Outras receitas e despesas	63	-
	<u>(105.386)</u>	<u>(107.541)</u>

Classificação por função	31.12.15	31.12.14
Custo dos produtos vendidos	(79.992)	(84.267)
Despesas com vendas	(24.829)	(22.672)
Despesas gerais e administrativas	(2.018)	(1.655)
Resultado financeiro líquido	1.174	216
Outras receitas e despesas operacionais	279	837
	<u>(105.386)</u>	<u>(107.541)</u>

25 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: Processados Resfriados e Congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	31.12.15	31.12.14
Receitas líquidas totais do segmento		
Processados resfriados	100.154	99.842
Processados congelados	13.645	21.916
Total	<u>113.799</u>	<u>121.758</u>

Depreciação apresentada por linha de produto:

	31.12.15	31.12.14
Depreciação e amortização		
Processados resfriados	179	945
Processados congelados	1.317	207
Total	<u>1.496</u>	<u>1.152</u>

Total de ativos por segmento:

	31.12.15	31.12.14
Total de ativos		
Processados resfriados	48.337	40.815
Processados congelados	6.585	8.476
Total	<u>54.922</u>	<u>49.291</u>

Total de receitas e despesas financeiras por segmento:

	31.12.15	31.12.14
Total de receitas e despesas financeiras		
Processados resfriados	1.033	177
Processados congelados	141	39
Total	<u>1.174</u>	<u>216</u>

Total de lucro divulgado por segmento:

	31.12.15	31.12.14
Total do lucro divulgado		
Processados resfriados	4.859	7.817
Processados congelados	662	1.716
Total	5.521	9.533

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica

	31.12.15	31.12.14
Receitas líquidas totais do segmento		
Rio Grande do Sul	87.261	90.100
Santa Catarina	18.629	20.699
Paraná	7.909	10.959
Total	113.799	121.758

Depreciação apresentada por área geográfica

	31.12.15	31.12.14
Depreciação e amortização		
Rio Grande do Sul	1.148	852
Santa Catarina	244	196
Paraná	104	104
Total	1.496	1.152

Total de ativos por área geográfica:

	31.12.15	31.12.14
Total de ativos		
Rio Grande do Sul	42.114	36.350
Santa Catarina	8.991	8.462
Paraná	3.817	4.479
Total	54.922	49.291

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de indenização em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 18,2 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Nota	31.12.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.351	12.326
Contas a receber de clientes	5	12.879	13.499
		<u>19.230</u>	<u>25.825</u>
		31.12.15	31.12.14
Duplicatas a vencer		11.336	12.654
Duplicatas vencidas:			
De 1 a 30 dias		1.447	816
De 31 a 60 dias		81	28
De 61 a 90 dias		28	7
Acima de 90 dias		476	166
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD		(489)	(172)
		<u>1.543</u>	<u>845</u>
		<u>12.879</u>	<u>13.499</u>
		31.12.15	31.12.14
Saldo inicial		<u>(172)</u>	<u>(244)</u>
Adições		(541)	(260)
Baixas		224	332
Saldo final		<u>(489)</u>	<u>(172)</u>

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Em 31 de dezembro de 2015	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	12	11.136	-	-	-	11.136
Empréstimos e financiamentos	13	237	233	418	-	888
Dividendos declarados	15	2.085	-	-	-	2.085
Total		<u>13.458</u>	<u>233</u>	<u>418</u>	<u>-</u>	<u>14.109</u>
Em 31 de dezembro de 2014	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	12	8.199	-	-	-	8.199
Empréstimos e financiamentos	13	79	380	394	-	853
Dividendos declarados	15	2.488	-	-	-	2.488
Total		<u>10.766</u>	<u>380</u>	<u>394</u>	<u>-</u>	<u>11.540</u>

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, sendo assim não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição à variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros

	Nota	31.12.15	31.12.14
Aplicações financeiras - CDB	4	5.532	11.771
Empréstimos e financiamentos	13	(888)	(853)
		4.644	10.918

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio nem no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2015	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2014
Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável (nota 27 e)	46	109

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é apresentada a seguir:

	31.12.15	31.12.14
Total do Passivo Circulante e não Circulante	26.485	25.063
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.351)	(12.326)
(=) Dívida Líquida (A)	20.134	12.737
Total do Patrimônio Líquido (B)	28.437	24.228
Relação Dívida	0,7080	0,5257

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

i) Garantias prestadas e garantias recebidas**Garantias prestadas**

Garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas nota explicativa: 13 - Empréstimos e financiamentos.

Garantias recebidas

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

j) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Nota	31.12.15	31.12.14
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras - CDB	4	5.532	11.771
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e bancos	4	819	555
Contas a receber de clientes	5	12.879	13.499
Total		19.230	25.825
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	12	11.136	8.199
Empréstimos e financiamentos	13	888	853
Dividendos declarados	15	2.085	2.488
Total		14.109	11.540

k) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

	Valor contábil em 31.12.15		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros			
Aplicações financeiras - CDB	5.532	-	-
Empréstimos e financiamentos	(888)	-	-
Valor contábil em 31.12.14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros			
Aplicações financeiras - CDB	11.771	-	-
Empréstimos e financiamentos	(853)	-	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	31.12.15		31.12.14	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	819	819	555	555
Aplicações financeiras - CDB	4	5.532	5.532	11.771	11.771
Contas a receber de clientes	5	12.879	12.879	13.499	13.499
Ativos financeiros totais		19.230	19.230	25.825	25.825
Fornecedores	12	(11.136)	(11.136)	(8.199)	(8.199)
Empréstimos e financiamentos	13	(888)	(888)	(853)	(853)
Dividendos declarados	15	(2.085)	(2.085)	(2.488)	(2.488)
Passivos financeiros totais		(14.109)	(14.109)	(11.540)	(11.540)
		5.121	5.121	14.285	14.285

DIRETORIA EXECUTIVA		
Renato Jackisch Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores		Eliseo Santiago Perez Fernandez Diretor Administrativo e Financeiro
Adilson Bergamo Contador CRC: MT-007248/O-0 T-RS		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
	Wesley Mendonça Batista Presidente do Conselho	
Gilberto Tomazoni Conselheiro		Renato Jackisch Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Nossa revisão compreendeu: a) análise das demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos de revisão realizados pelos auditores externos; e c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul-RS, 10 de março de 2016.

Florisvaldo Caetano de Oliveira
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Antonio da Silva Barreto Junior
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Santa Cruz do Sul-RS, 11 de março de 2016.

Renato Jackisch
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor Administrativo e Financeiro

* * * * *